

AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: UM ESTUDO COMPARADO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES ENTRE OS MUNICÍPIOS DE CAMPINAS/SP E DUQUE DE CAXIAS/RJ.

Jane Porto, j193131@dac.unicamp.br, Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Brasil.

Mariana Roveroni, mariana_roveroni@yahoo.com.br, Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Brasil.

Wisllayne Ivellyze de Oliveira-Dri, wis_pedagogia@yahoo.com.br, Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Brasil.

Resumo Ampliado

Introdução do Problema

Desde Anísio Teixeira e o Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932) discute-se no Brasil a universalização da escola pública, laica e gratuita e por consequência a implementação de uma Educação Integral (EI), um tema complexo. A Constituição Federal (1988) promulgou EI com formação integralizada, intersetorial e globalizante como um direito. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN/1996, art. 34) a determinação de EI será materializada por meio da “[...] progressiva ampliação do período de permanência do aluno na escola”. As demandas dessas políticas passam a ser viabilizadas através de programas federais, como é o caso do Programa Mais Educação¹, e visualizado de mais expressivamente no II Plano Nacional da Educação/2014 – 2024 (BRASIL, 2014). A organização política do Estado brasileiro possibilita desenvolver em suas redes educacionais, políticas de EI que, simultaneamente, satisfaçam normas gerais de EI e atendam às necessidades da região/localidade onde tais estes serão desenvolvidos. O objetivo principal deste trabalho é investigar as políticas públicas educacionais na perspectiva da EI, implementadas em dois municípios de estados distintos da Região Sudeste brasileira: Campinas/São Paulo e Duque de Caxias/Rio de Janeiro, através de duas escolas uma em cada sistema municipal de educação. O objetivo específico é observar a formação continuada dos professores nestas escolas. Os procedimentos metodológicos usados estão baseados na perspectiva crítica dos estudos comparados. Buscou-se realizar análises que pudessem identificar similitudes e diferenças entre os processos de formação continuada dos docentes que atuam na política de EI brasileira, nos dois sistemas de educação. Os documentos escolhidos para este estudo foram: *Campinas/SP*: normativas diversas da Secretaria Municipal de Educação (SME); e o Projeto Piloto da escola de EI Padre Francisco Silva; e *Duque de Caxias/RJ*: normativas

¹ Criado pela Portaria Interministerial 17/2007 e remodelado em 2014, passando a denominar-se de “Novo Mais Educação”.

diversas da SME; e o Plano Municipal de Educação. E justifica-se na compreensão e contribuição com políticas públicas educacionais de EI em territórios distintos no país.

Dos sistemas municipais de educação e a educação integral: Campinas/SP e Duque de Caxias/RJ

Campinas é uma cidade do interior do Estado de São Paulo, com aproximadamente 1.200.000 habitantes, pertencente à Região Metropolitana de Campinas (IBGE, 2018). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,805 (PNUD, 2010²). A cidade apresenta uma rede pública municipal com 216 escolas, ofertando educação infantil, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Duque de Caxias é um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, possui uma população estimada em 919.596 habitantes (IBGE, 2018). Constitui-se numa importante economia no estado, onde o setor petroquímico, este capitaneado pela Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), e com índice de IDH de 0,711 (PNUD, 2010). A cidade possui 175 escolas, e atende a educação infantil; ensino fundamental; EJA; e Educação Especial. Em ambas as cidades a oferta de EI é marca de excepcionalidade, pois a regra de atendimento encontra-se no atendimento em turnos parciais. A EI possui com marcos distintivos no aspecto histórico, implementação manutenção das políticas e que influenciam na perspectiva de formação continuada da docência, desenvolvida por cada um dos sistemas.

A Formação Continuada dos Professores no Sistema Municipal de Campinas/SP e Duque de Caxias/RJ: Escola de Educação Integral Padre Francisco Silva (Campinas/SP) e CAAIC Amapá (Duque de Caxias/RJ) – campos de investigação

A instituição da EI na cidade de Campinas fez transparecer uma perspectiva de tendência democrática e progressista. A formação continuada na unidade escolar Padre Francisco Silva apresenta aspectos diferenciados no que se refere à participação efetiva dos docentes. Há na jornada de trabalho desses profissionais o tempo pedagógico Trabalho Docente de Formação (TDF) realizado na mesma proporção do Trabalho Docente Coletivo (TDC). O diferencial desse espaço é o fato dos professores, em muitas situações, assumirem a responsabilidade pelas formações que ocorrem. Esta responsabilização não pode ser entendida como uma obrigação imposta pela equipe gestora, ao contrário, esse espaço é ocupado pelos saberes dos próprios professores, pois

² Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 15 fev. 2022.

acreditam que a socialização e a criação de conhecimento sobre a escola, deve ser incumbência dos profissionais que lá atuam. Assim, não raro, os docentes organizam os encontros formativos e assumem a discussão de temáticas problematizadas pelo grupo. Também, no TDF situação em que a escola recebe formadores externos. Mesmo nessas condições o grupo de professores avalia a proposta apresentada e verifica se ela se coaduna com os princípios da Educação Integral pública defendida pela escola. Destaca-se que os tempos de formação acontecem dentro da jornada de trabalho, em uma adequação realizada à época da implementação desta política, em consonância com o que determina a Lei do Piso Salarial.

A EI em Duque de Caxias/RJ acontece na educação infantil, e para uma faixa etária mais ampla, somente na política especial da CCAIC. Esta teve origem popular, porém, quando encampada pelo poder local, não tem vieses tão democráticos e progressistas como na outra cidade em tela. No que se refere a formação continuada dos professores da CCAIC Amapá esta ocorre, em pelo menos, três momentos: iniciativa do próprio profissional; por meio de formação continuada promovida pela Secretaria Municipal de Educação, relacionada à modalidade de ensino de educação infantil, preponderantemente; e as que são realizadas no ambiente escolar, denominadas como Grupos de Estudos. Este momento de formação é previsto bimestralmente no calendário escolar. É um momento no qual a unidade elege um tema de estudos, a ser dirigido por algum profissional da escola ou convidado externo. Neste momento, a formação pode ser extensiva a todos os profissionais da educação, com lotação na unidade escolar. Uma outra dimensão da formação continuada da docência foi percebida por meio da participação mais ativa e direta na condução da política da unidade escolar, por meio de alguns mecanismos, como reuniões ordinárias de conselhos de classe, representação no conselho escolar, atuação em reuniões administrativas e direito a voto, quando da época de pleito para eleição de gestores (geralmente, o registro de candidatura é feito por docente da unidade), e também nos encaminhamentos de trato pedagógico da unidade CCAIC. Aqui, em contraposição ao outro sistema educacional em tela, os docentes possuem vinculação institucional em tempo parcial.

Considerações

A formação continuada de professores é algo presente nos sistemas municipais de ambas as cidades, que ofertam EI. Esta intencionalidade apresenta caminhos distintos de concepção e concretização da docência e a formação continuada desta. Outro dado

importante na conclusão deste trabalho relaciona-se à definição da jornada docente. Esta quando se manifesta de forma parcial trás impactos sobre a formação continuada, que podem, de acordo com as circunstâncias vir a ser um potencial limitador na realização do processo, que por sua vez pode reverberar na expansão da concepção de EI, a qualidade do processo educativo desenvolvido e uma restrição na potencialidade da ação educativa do docente.

Referências

- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 set. 2022.
- _____. Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 23 set. de 2022.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/duque-de-caxias.html>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- _____. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125).
- _____. Programa Novo Mais Educação – Documento Orientador – Adesão – Versão I. Ministério da Educação. Brasília: DF, out. 2016 e. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2016-pdf/53061-novo-mais-educacao-documento-orientador-pdf/file>. Acesso em: 08 ago. 2022.
- CAMPINAS. Relatório elaborado pela comissão de Estudos sobre a Implementação da Escola de Educação Integral objetivando à produção de subsídios para implementação da política educacional em unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Campinas. Campinas, 2013.
- DUQUE DE CAXIAS. Lei nº 2.713 de 30 de junho de 2015. Aprova a adequação do Plano Municipal de Educação ao Plano Nacional de Educação para o Decênio 2015/2025 e dá outras providências.
- _____. Lei 1.686 de 24 de março de 2003. Cria a Creche Portal do Crescimento do Amapá e dá outras providências.